

Responsabilidade das plataformas por conteúdo abusivo online e proteção de crianças e adolescentes

Proponente

Nome do(a) proponente

Marina Pita

Estado

SP

Organização

Instituto Alana

Setor

Terceiro setor

Co-Proponente

Nome do(a) co-proponente

Estado do(a) co-proponente

Organização

Setor do(a) co-proponente

Formato do workshop

Formato

Mesa redonda

Outros

Resumo do workshop

Cada vez mais a tutela de crianças e adolescentes é tema dos debates em torno dos conteúdos que circulam na Internet. Muitos dos que defendem a regulação das aplicações de conteúdo online têm como justificativa a proteção de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, há elevada preocupação com o direito à liberdade de expressão e acesso à informações desses sujeitos de direito em especial estágio de desenvolvimento. Assim, é fundamental um debate multissetorial para se avançar de forma equilibrada

Objetivos e conteúdos do workshop

Ouvir os diversos setores envolvidos e sistematizar as diversas posições e argumentos a fim de iniciar uma discussão ampla sobre o tema que possa subsidiar as políticas públicas e propostas legislativas que seguem proliferando tanto no Executivo quanto no legislativo. Tal material servirá de base também para diálogo com as organizações da sociedade civil focadas em defesa das crianças, mas que estão ainda distantes das discussões sobre regulação da Internet de um ponto de vista multissetorial e observando os direitos e deveres dos diversos agentes e atores envolvidos no desenvolvimento da Web.

Serão discutidas as propostas de regulação para a proteção de crianças online, tanto oriundas do Congresso quanto do Executivo, medidas adotadas em outros países a fim de proteger crianças, como a regulação da pornografia do Reino Unido, bem como os avanços obtidos no campo da proteção de crianças e adolescentes por meio da autorregulação das plataformas, considerando

também as lacunas que faltam ser preenchidas.

Relevância do tema para a Governança da Internet

Como já explorado por Julian Assange, alguns temas são usados recorrentemente para justificar medidas nem sempre democráticas e benéficas para o ambiente tecnológico e online - são os chamados info-cavaleiros do apocalipse. Entre estes, está a proteção de crianças e adolescentes, mais especificamente a pedofilia. No governo Bolsonaro, o debate da proteção das crianças no ambiente online tem crescido, especialmente no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, nem sempre com o diálogo necessário com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Igualmente as propostas no legislativo que visam regular a atuação de plataformas que utilizam conteúdos de terceiros estão surgindo, infelizmente sem que os parlamentares tenham tido a oportunidade de ouvir todos os setores envolvidos. Mais do que nunca é preciso já separar o joio do trigo e discernir o que é balão de ensaio e falta de informação da realidade. É preciso também buscar a proporcionalidade das medidas e equalizar o direito à segurança e proteção, ao direito de acesso à informação e à liberdade de expressão, considerando também o direito à livre-iniciativa e o necessário desenvolvimento econômico.

Forma de participação dos(as) palestrantes

Cada participante terá de responder, em dez minutos, à pergunta: como nós podemos assegurar uma Internet e uma Web que respeitem os direitos das crianças, potencializando os benefícios e reduzindo os riscos das crianças estarem online? Após os participantes responderem à pergunta, o público poderá fazer ponderações apontando quais outros elementos precisam ser observados no debate e quais outros argumentos precisam estar sistematizados para uma análise multissetorial do tema. A participação do público será realizada em duas etapas. Uma primeira etapa de 25 minutos, seguida de 15 minutos para os comentários dos debatedores convidados e mais dez minutos para considerações finais do público.

Engajamento da audiência presencial e remota

Os participantes presenciais e remotos poderão apontar temas, argumentos e fatos que precisam ser considerados no debate da regulação da plataforma por meio do Twitter usando a hashtag #prioridadeAbsoluta combinada com #fib2019. Tais comentários online serão lidos pelo mediador, devem ser analisados pelos debatedores e também integrados no documento a ser extraído deste debate e que será enviado a organizações de direitos da criança no Brasil, bem como organizações empresariais e governo.

Resultados pretendidos

Pelo workshop queremos iniciar um debate multissetorial sobre os direitos de crianças online que possa ser um instrumento de diálogo com campos de defesa de crianças e adolescentes não envolvidos na governança da Internet e que vêm buscando avançar em regulações, sem ouvir todas as partes.

Relação com os princípios do Decálogo do CGI.br

Liberdade Privacidade e Direitos Humanos

Temas do workshop

Segurança das crianças online

Participantes

Palestrante: Livia Cataruzzi

UF	SP
Organização	Instituto Alana
Setor	Terceiro Setor
Mini biografia	

Livia Cataruzzi é advogada, formada pela PUC-SP, e coordena o grupo de direito do consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo. É pós-graduanda em direito e sustentabilidade.

Palestrante: Juscelino Filho

UF	MA
Organização	Câmara dos Deputados

Setor Governamental

Mini biografia

José Juscelino dos Santos Rezende Filho é um médico e político brasileiro, filiado ao Democratas. Já foi presidente da Comissão de Seguridade Social e Família e atualmente é um dos parlamentares que vem atuando no tema de direitos das crianças e responsabilidade das plataformas Na Câmara dos Deputados.

Palestrante: Ana Frazão

UF DF

Organização Universidade de Brasília

Setor Comunidade Científica e Tecnológica

Mini biografia

Advogada e Professora de Direito Civil e Comercial da UnB. Ex-Conselheira do CADE (2012-2015). Ex-Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (2009-2012). Graduada em Direito pela UnB, Especialista em Direito Econômico e Empresarial pela FGV, Mestre em Direito e Estado pela UnB e Doutora em Direito Comercial pela PUC-SP Líder do Grupo de Estudos Constituição, Empresa e Mercado

Palestrante: Juliana Nolasco

UF SP

Organização Google

Setor Empresarial

Mini biografia

Juliana trabalhou como Gerente Geral de Economia Criativa e Estudos Culturais do Ministério da Cultura e assessora da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, chefiada pelo ministro Roberto Mangabeira Unger. É graduada em administração de empresas pela FGV e possui mestrado em Administração Pública e Governo. Também trabalhou como diretora executiva do ITS Rio.

Relator(a): Marina Pita

UF DF

Organização Coletivo Intervezes

Setor Terceiro Setor

Mini biografia

Marina Pita é jornalista pela PUC-SP, assessora de relações governamentais do Coletivo Intervezes, integrante do Comitê de Defesa dos Usuários de Telecomunicações da Anatel.

Moderador(a): Thais Dantas

UF SP

Organização Instituto Alana

Setor Terceiro Setor

Mini biografia

advogada do programa Prioridade Absoluta, do Instituto Alana, e conselheira do Conselho Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes (Conanda).